

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.593 - MG (2019/0295446-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : G F DE A (PRESO)
ADVOGADOS : RAUL FERNANDO ALMADA CARDOSO - MG106799
RODRIGO OTÁVIO DE LARA RESENDE - MG088642
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por G F DE A contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que denegou a ordem no julgamento do HC n. 1013810-93.2019.4.01.0000, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 267):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. DECRETO. DECISÃO FUNDAMENTADA. REQUISITOS. (CPP, ART. 312). PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. NÃO VIOLAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

1. De acordo com a Lei n. 12.403/2011, que alterou diversos dispositivos do Código de Processo Penal relativos à prisão, liberdade provisória e demais medidas cautelares, a prisão preventiva poderá ser determinada quando presentes os pressupostos do fumus comissi delicti (prova da materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria ou participação), bem como o periculum libertatis (perigo ou risco decorrente da liberdade do acusado), desde que não seja cabível sua substituição por outra medida cautelar (art. 282, incisos I, II e § 6º), ou, ainda, no caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (art. 312, parágrafo único), observadas as disposições previstas nos arts. 312, caput, e 313.

2. A custódia do paciente tem apoio no juízo de necessidade ditado pela garantia da ordem pública. A decisão que decretou a prisão preventiva encontra-se devidamente fundamentada, não havendo qualquer irregularidade capaz de alcançá-la, sendo ainda inoportuna a decretação de outra medida cautelar, prevista no art. 319 do CPP.

3. Constrangimento ilegal não caracterizado.

4. Ordem denegada.

O recorrente foi preso em flagrante, em 24/4/2019, e convertida

Superior Tribunal de Justiça

a custódia em preventiva, pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 241-A (*Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente*) e 241-B (*Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente*) da Lei n. 8.069/1990 (ECA).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, cuja ordem, como antes relatado, foi denegada, nos termos do acórdão de e-STJ fls. 249/268. Esta é a decisão recorrida.

Na presente irresignação (e-STJ fls. 278/293), a defesa alega, em síntese, a ilegalidade da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, que teria se baseado na gravidade abstrata do crime, sem, contudo, apresentar individualização da conduta do paciente, que é primário, portador de bons antecedentes, com profissão definida (salgadeiro) e residência fixa no distrito da culpa. Sustenta estarem ausentes da espécie os requisitos autorizadores da prisão preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirma que, após 4/4/2018, o paciente apenas baixou arquivos de pornografia infantil em seu notebook e o *compartilhamento de material de pornografia infantil - teria ocorrido entre março/2017 e abril/2018* (e-STJ fl. 283).

Destaca que o Ministério Público Federal manifestou-se favoravelmente à revogação da prisão preventiva do recorrente.

Defende, por fim, haver excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que o paciente está preso há mais de 120 (cento e vinte) dias e, embora a denúncia tenha sido oferecida em 6/8/2019, ainda não foi designada a audiência de instrução.

Superior Tribunal de Justiça

Pugna, liminarmente e no mérito, pelo relaxamento/revogação da prisão preventiva do paciente, com a expedição do alvará de soltura.

Processo distribuído a esta relatoria por prevenção do HC n. 518.141/MG (vinculado ao mesmo paciente e indeferido liminarmente, com espeque no enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal).

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, **não** verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e das informações a serem prestadas pela origem para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Em relação às decisões que decretaram/mantiveram a prisão preventiva do recorrente, parece que o Juízo processante considerou o *modus operandi* dos delitos para motivar a necessidade da medida extrema.

Sobre o excesso de prazo, é consabido que *O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. (Precedentes do STF e do STJ)* (RHC n. 62.783/ES, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 1º/9/2015, DJe 8/9/2015). Ademais, esta matéria **não** foi apreciada pelo Tribunal local no acórdão recorrido.

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, a medida antecipatória postulada confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo Colegiado, após recebidas as informações das instâncias ordinárias.

Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da certidão de antecedentes criminais, das decisões que decretaram/mantiveram a prisão preventiva do recorrente, e da senha para acesso às informações processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator